ROTHA
Cultural

Jornalismo para preservar histórias, memórias e identidades

Edição nº 33 - Outubro de 2026



/ROTHACULTURAL

Divulgação

A literatura tem lugar

158 publicações, 105 autores. Uma coleção na Biblioteca Assis Chateaubriand valoriza escritores de João Monlevade e região

Escrever com a Borracha



Wir Caetano

(*) Wir Caetano

"Aos vinte e quatro dias do mês de junho de mil oitocentos e vinte e oito, nesta Matriz do Santo Antonio além do Carmo baptizei e pus os Santos Óleos a Constança adulta Nagô escrava da Joana Maria da Cunha. Foi padrinho Domingo escravo da mesma e para constar se fez assunto em que me assinei Vigário João Manoel Guerreiro". (Certidão de batismo de escravizada transcrita pelo historiador francês Jean Hébrard em artigo de 2003).

"Em 2016, o IPEA analisou 46 milhões de sobrenomes de trabalhadores brasileiros constantes na Relação Anual de Informações Sociais: 87,5% tinham nomes ibéricos; 75% tinham nomes italianos. O resto se distribuía entre sobrenomes germânicos, japoneses, poloneses, coreanos etc. Quase nenhum sobrenome africano. Essa ausência, em uma população de mais de 200 milhões de habitantes, da qual pelo menos a metade tem origens na África, é talvez a maior prova do anonimato da nossa escravidão".

"A principal explicação para esse silêncio é a prática da imposição de nomes cristãos aos africanos escravizados no Brasil. (…) Como ato final desse processo, lavrava-se, na certidão de batismo, o novo nome do escravizado, geralmente um prenome de santo, tirado da folhinha, sem sobrenome".

"A escolha desse nome, atribuição de padres, era o elemento-chave do processo de dessocialização e despersonalização do cativo, uma forma de melhor inseri-lo, de maneira subalterna, na sociedade colonial".

Essas citações são do livro "Os retornados", de Carlos Fonseca (Ed. Record, 2024), e recorro a elas para falar de sombras que marcam a historiografia sobre a escravização de africanos em solo brasileiro, inclusive em João Monlevade.

A iniciativa a que me entreguei – e sobre a qual já escrevi várias vezes – de levar a espaço público nomes de africanos(as) escravizados(as) e afrodescendentes constantes nos inventários do francês João Monlevade e da mulher dele, Clara Sofia, já é conhecida por algumas pessoas. A proposta resultou no projeto que a Fundação Casa de Cultura denominou "Alatunxê".

Não é à toa que eu disse algumas vezes não achar adequado classificar como reparação histórica a grafitagem desses nomes na Praça do Povo. É ainda muito pouco porque, infelizmente, o que nos ficou foram esses prenomes, que não deixam de ser uma espécie de camada a ocultar os verdadeiros nomes, no caso daqueles de nações africanas.

De qualquer forma, esse pequeno passo não deixa de ser uma operação para tentar ao menos caminhar um pouco, algo como "escrever com a borracha" (verso de um poema do poeta Marcelo Dolabela (1957-2020)), que uso aqui com sentido alterado: transformar a ferramenta de apagamento – o prenome – em uma pista, ainda que super tênue, frágil.

Esse prenome, usado pela cultura escravocrata para apagar nomes, suas raízes e rizomas, acaba por ser reapropriado como resíduo que nos instiga a buscar mais, a garimpar fontes, cruzar dados, rabiscar aqui e ali e, assim, tornar permanente uma memória apesar do acúmulo de lacunas. É manter viva uma voz, animar o "gogó", como diz uma letra que escrevi para música de meu parceiro Moisés Catarino, a ser gravada pelo Trio Migrazioni, ítalo-brasileiro.

Com o título de "Borogodó Nagô", diz a canção: Não tem carimbo nesse cartório; só carimbó / Cai o cachimbo do inventário do seu João / No chão da história a brasa mora é no gogó // Borogodó nagô nagô / Borogodó nagô nagô // Salta pra fora nossa memória pra entender / Dendê do samba põe nossos bambas no seu lugar / Lugar de festa nagô no jogo de caxangá // Borogodó nagô nagô / Borogodó nagô nagô / Borogodó nagô nagô / Borogodó nagô nagô



(*) Wir Caetano é jornalista, letrista de música/poeta e produtor cultural. Dedica-se também à fotografia. Coordena, com o cantor Toni Julio, o projeto musical Migrações/ Migrazioni, de conexão Brasil/Itália.

EXPEDIENTE: JORNAL ROTHA CULTURAL - **Fundador e editor: Erivelton Braz**
Rotha Cultural - Publicação da Rotha Assessoria LTDA
Rua Betim, 295, Lourdes – João Monlevade - MG - CEP: 35930-063 / Tel: (31) 98484-1352/ feliciobraz@yahoo.com.br
CNPJ: 27.510.172/0001-61 - Distribuição gratuita dirigida a escolas, bibliotecas e entidades - Tiragem: 1.500 exemplares
João Monlevade, Médio Piracicaba, Brasil e Mundo - Diagramação e arte: Guilherme Bessa
Colaboradores desta edição:
Wir Caetano

Educação Patrimonial

Tombamento, inventário e registro: três instrumentos, três formas de proteger a memória

Arquivo



Guarda de Marujo é patrimônio imaterial registrado em Monlevade

Uma igreja do século XVIII, uma festa de padroeiro e o modo de fazer um queijo São patrimônios culturais, mas não são protegidos da mesma maneira. A diferença está nos instrumentos que o poder público usa para reconhecê-los: tombamento, inventário e registro. A confusão entre eles é comum, inclusive em debates sobre obras de restauro e políticas municipais de cultura.

A BASE LEGAL

O marco da proteção ao patrimônio no país é o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e fundamentou a criação do Iphan. A Constituição de 1988 ampliou o alcance dessa política: os artigos 215 e 216 reconhecem bens culturais de natureza material e imaterial e estabelecem instrumentos para sua preservação, como o registro, o inventário e o tombamento. A lista constitucional é apenas exemplificativa, e inclui também a vigilância e a desapropriação.

A competência não é só da União. A proteção do patrimônio cultural é compartilhada com estados e municípios, o que significa que uma cidade pode tombar, inventariar e registrar bens por conta própria.

TOMBAMENTO: O MAIS CONHECIDO

É o instrumento mais associado à ideia de preservar, voltado principalmente a bens materiais, como igrejas, casarões, monumentos, praças e obras de arte. Funciona como um ato legal para proteger bens de valor cultural cuja preservação seja de interesse público. Na prática, o tombamento fixa regras para manter as características que justificam o valor do bem, e intervenções que possam comprometê-lo dependem de autorização do órgão de proteção competente.

O processo pode ser provocado pela população. No âmbito do Iphan, o pedido de abertura pode ser feito por qualquer cidadão ou instituição pública.

Há uma ressalva importante. Especialistas lembram que o tombamento nem sempre garante, de fato, a manutenção e a conservação do bem. O título protege, mas não paga a reforma.

INVENTÁRIO: CONHECER PARA PROTEGER

O inventário é o instrumento mais antigo da política de preservação. Segundo a literatura jurídica, ele está presente desde as primeiras ações das políticas de preservação. Consiste em identificar, pesquisar e documentar bens culturais de importância para a memória de uma comunidade, de construções e paisagens a objetos e lugares.

A Constituição o reconhece como forma de proteção, e a doutrina o distingue com clareza do tombamento. Para os juristas, tombamento e inventário têm efeitos jurídicos diferentes: o inventário é menos restritivo e mais abrangente, e pode alcançar bens mais singelos, não só os considerados excepcionais. Isso não faz dele uma lista sem consequências, já que seus efeitos dependem das normas aplicáveis em cada ente federado.

REGISTRO: A PROTEÇÃO DO QUE NÃO SE PODE TOCAR

Saberes, celebrações e formas de expressão não são paredes nem pinturas, e é para eles que existe o registro. O instrumento foi criado pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

O bem é inscrito em livros próprios. Os livros previstos reúnem saberes, celebrações, formas de expressão e lugares. As propostas são enviadas ao presidente do Iphan, que as submete ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, responsável pela deliberação final. Festas tradicionais, ofícios artesanais e manifestações musicais são exemplos de bens que podem ser reconhecidos desse modo, com o objetivo de valorizá-los e contribuir para sua continuidade.

ICMS CULTURAL

No estado, a preservação tem um incentivo financeiro próprio. Criado em 1995, o ICMS Patrimônio Cultural é apontado como o único programa do país de incentivo à preservação do patrimônio nos municípios, e é gerido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). A pontuação dos municípios considera ações como tombamentos, registros, inventários e projetos de educação patrimonial. Em 2023, 839 municípios mineiros participaram do programa. Em outras palavras, proteger a memória local pode também render recursos à cidade.

POR QUE ISSO IMPORTA

Entender a diferença entre os três instrumentos ajuda o cidadão a cobrar e a participar. Saber que um bem pode ser inventariado, tombado ou registrado, e que qualquer pessoa pode provocar o início desse processo, muda a maneira de se relacionar com o patrimônio da própria cidade. A educação patrimonial parte dessa ideia: conhecer para valorizar, valorizar para preservar.

Conheça os bens protegidos pelo Patrimonio Histórico de João Monlevade:

Matriz de São Gonçalo em restauro:

arte sacra, três estilos e a história de Minas sob o mesmo teto

Em visita guiada em meio às obras, o historiador Danilo Ferreira apresenta peças atribuídas a Vieira Servas, túmulos ligados à família de Afonso Pena e detalhes que o público raramente vê

Em São Gonçalo do Rio Abaixo, a Igreja Matriz de São Gonçalo do Amarante está hoje cercada por andaimes e canteiro de obras. Por dentro, porém, continua guardando um dos conjuntos mais ricos da memória religiosa e artística do município. Foi com o restauro em andamento que o historiador Danilo Ferreira, chefe do patrimônio histórico municipal, mostrou, em entrevista ao programa Viajando com Toledo, detalhes pouco conhecidos até pelos moradores.

Um sacrário que ensina

Entre os destaques da visita estão o sacrário e a imagem do padroeiro, ambos atribuídos a Vieira Servas, nome de peso na arte sacra mineira. As duas peças interessam não só pela devoção que despertam, mas também por sua importância para a história da arte em Minas Gerais.

O sacrário é uma espécie de catecismo em forma de escultura. Seus símbolos remetem à Sagrada Família e à Santíssima Trindade: a adaga de Nossa Senhora, a cruz de Cristo e o lírio de São José aparecem associados às figuras sagradas, e outros elementos representam o Espírito Santo, o Filho e o Pai. Era assim que a tradição católica ensinava por meio de imagens, num tempo em que muitos fiéis não liam.

Barroco, Rococó e Neoclássico

Segundo Danilo, a Matriz reúne marcas de três períodos da história da arte. As volutas e rocalhas estão entre os elementos associados ao Barroco. Os motivos florais das peças ligadas a Nossa Senhora e a Santana Mestra remetem ao Rococó. Há ainda traços neoclássicos, fruto das referências incorporadas ao longo do tempo.

Essa mistura faz do templo um documento material de transformações estéticas e religiosas. A igreja guarda formas, técnicas e escolhas artísticas que ajudam a contar a história da sociedade que a construiu e a manteve de geração em geração.

Túmulos e conexões com a história do Brasil

A visita também revelou o que repousa no interior da Matriz. Estão sepultados ali o padre Antônio Vinagre, apontado como o primeiro pároco de São Gonçalo do Rio Abaixo, e José Moreira dos Santos, avô de Afonso Pena, que viria a ser o sexto presidente da República.

Em igrejas históricas mineiras, sepultamentos dentro do templo são registros de práticas sociais e religiosas de outras épocas e ligam a história local a personagens de projeção nacional.

Outro elo com a família Pena é uma imagem sacra trazida de Paris, por Ana Teixeira Moreira Pena, irmã de Afonso Pena. De acordo com o relato do historiador, a peça foi doada à igreja celebrando eleição de Afonso Pena para o governo de Minas Gerais, o que aproxima a Matriz de episódios políticos e familiares que extrapolam os limites do município.

O que as obras preveem

O restauro faz parte de um conjunto de intervenções autorizadas pela Prefeitura em junho de 2026. Segundo informações da administração municipal, foram assinadas três ordens de serviço, com investimento total de R$761.591,54. Elas contemplam: a restauração e conservação da Igreja Matriz; a recuperação da pintura do forro da capela-mor e a pintura externa da Igreja Nossa Senhora do Rosário.

A execução ficou a cargo do Grupo Oficina de Restauro Ltda., com acompanhamento técnico das áreas municipais de Obras e Cultura. A iniciativa dá continuidade a uma agenda de preservação já anunciada. Em 2024, uma inspeção técnica identificou na Matriz fissuras, rachaduras, áreas ocas e infiltrações, e as notícias da época apontavam a necessidade de recuperar a fachada. Entre as intervenções mencionadas estavam a recuperação do revestimento externo, a revisão de esquadrias, beirais e grades e a retomada de características visuais da edificação histórica.



Matriz de São Gonçalo está em obras para preservar a memória

Reprodução

Mais que paredes e pinturas

Para o historiador, o desafio vai além de consertar reboco e retocar tintas. Restaurar a Matriz é conservar a integridade de um conjunto que reúne arquitetura, imaginário religioso, arte sacra e lembranças de diferentes épocas, o que exige atenção aos materiais, às características originais do imóvel e a elementos artísticos que não podem ser tratados como simples ornamento.

Danilo defende que a Matriz seja conhecida também pelo seu valor histórico e artístico, além da função religiosa. A expectativa é que, concluídos os trabalhos, em breve, o espaço possa ser visitado e apreciado em toda a sua riqueza, como um dos importantes elementos culturais e históricos do município.

Monlevade além do cotidiano: folder convida a descobrir os atrativos da cidade

Material lançado pela Fundação Casa de Cultura reúne pontos turísticos e valoriza a história, a cultura e o patrimônio natural do município

João Monlevade ganhou um novo material de divulgação de seus atrativos turísticos. A Fundação Casa de Cultura lançou, em 15 de outubro, um folder que reúne pontos de interesse do município e destaca aspectos de sua história, cultura e patrimônio natural. A apresentação ocorreu durante a palestra "Turismo e Desenvolvimento", como parte das ações de incentivo à atividade turística na cidade.

Conforme a administração, a publicação pretende aproximar moradores e visitantes dos lugares que ajudam a contar a história de João Monlevade. Além de divulgar os atrativos locais, o material busca estimular a visitação e ampliar o reconhecimento de espaços que integram a memória e a identidade do município.

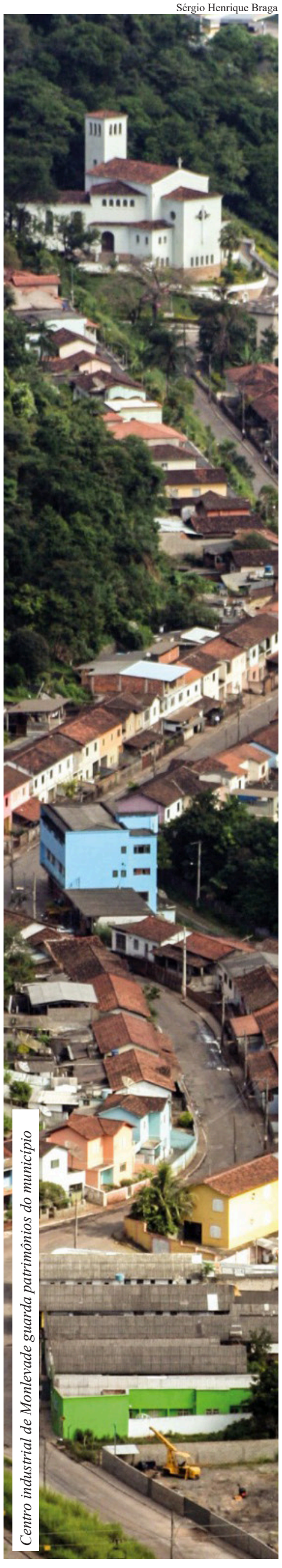
Para a diretora-presidente da Fundação Casa de Cultura e presidente do Conselho Municipal de Turismo (Comtur), Nadja Lírio Furtado, a iniciativa também é uma oportunidade de despertar nos próprios moradores o interesse pelo patrimônio da cidade. "João Monlevade tem uma história muito rica, espaços importantes e atrativos que merecem ser conhecidos e valorizados. Muitas vezes, quem mora aqui não conhece toda essa riqueza que faz parte da nossa identidade", afirma Nadja. Segundo ela, o turismo também contribui para preservar a memória, fortalecer o sentimento de pertencimento e criar oportunidades de desenvolvimento.

A proposta dialoga com uma compreensão do turismo que vai além dos passeios e da visitação. A atividade pode estimular o comércio, movimentar bares, restaurantes e serviços, além de favorecer a conservação e a divulgação do patrimônio histórico e cultural.

Conforme a Fundação Casa de Cultura, o folder será distribuído em hotéis, agências de turismo, bares, restaurantes e outros estabelecimentos, ampliando o acesso às informações sobre os atrativos de João Monlevade.

Ainda segundo a administração, a iniciativa integra as ações da Fundação Casa de Cultura voltadas à preservação da memória e à valorização do patrimônio local. Ao reunir informações turísticas em uma publicação, o município também busca tornar mais conhecidos os lugares, as histórias e as referências culturais que ajudam a compreender sua formação e identidade.

Sérgio Henrique Braga



Centro industrial de Monlevade guarda patrimônios do município



Para botar o bloco na rua


Divulgação

Bloco da Saudade traz experiência do Carnaval carioca à formação de ritmistas em Monlevade

A batida do samba ganhou novos ensinamentos em João Monlevade no domingo, 18 de outubro. A Associação Cultural Bloco da Saudade JM realizou seu primeiro Workshop de Percussão, reunindo 52 ritmistas em uma manhã de aprendizado e troca de experiências com profissionais ligadas a duas tradicionais escolas de samba do Rio de Janeiro: Unidos do Viradouro e Unidos de Vila Isabel.

Participaram da atividade Thalita Santos, Bia Tinoco e Mari Braga, profissionais da cena musical do Carnaval carioca que também integram a banda feminina Um Amô, de Niterói (RJ). Durante o encontro, elas trabalharam técnicas instrumentais, postura, musicalidade e organização dos diferentes naipes de uma bateria, com orientações específicas para os participantes.

Para o mestre da bateria, Rafael Castro Pereira, o workshop representa um passo importante no desenvolvimento musical do grupo e a realização de um desejo antigo. A atividade permitiu que os ritmistas tivessem contato direto com conhecimentos e técnicas adquiridos pelas convidadas ao longo de suas trajetórias no samba.

Atualmente, a Bateria do Bloco da Saudade conta com cerca de 60 integrantes, majoritariamente mulheres. Segundo a organização, quase todos os participantes nunca haviam tocado instrumentos de percussão antes de ingressar no projeto, criado em agosto de 2024. Os ensaios semanais no Ideal Clube são dedicados ao aperfeiçoamento musical e à preparação das apresentações. A estreia oficial ocorreu no Carnaval de 2025. Desde então, o grupo vem ampliando o repertório e aprimorando a execução dos ritmos.

MEMÓRIA DOS ANTIGOS CARNAVAIS

A relação de Rafael com o Carnaval de Monlevade também passa pela memória familiar. Ele cresceu ouvindo histórias dos antigos carnavais de rua e dos clubes, nos quais seu pai, o saudoso José Antônio Pereira, tocava no bloco Reunião de Bacanas e em bandas que animavam as festas.

Rafael destaca que a cidade tem uma tradição rítmica que permaneceu adormecida durante algum tempo. Escolas de samba como Boca Branca e Estrela da Vila, além de blocos como Bonequinhas de Elite e Reunião de Bacanas, fazem parte dessa história.

PREPARAÇÃO PARA 2027

A bateria do Bloco da Saudade já trabalha para chegar ao pré-Carnaval de 2027 com mais maturidade musical e nível técnico mais avançado. Segundo Rafael, o grupo prepara uma surpresa para os foliões e pretende ampliar o tempo de apresentação no dia do bloco.

A organização também conversa com os responsáveis pela Feira da Economia Popular para promover ensaios abertos e apresentações a partir de dezembro.

As inscrições para novos ritmistas estão temporariamente encerradas, em razão do foco na preparação para o Carnaval. Após a edição de 2027, a intenção é abrir uma nova turma. As informações serão divulgadas nas redes sociais do Bloco da Saudade.



Coleção Memória reúne 158 publicações de 105 autores

Acervo disponível na Biblioteca Assis Chateaubriand valoriza a produção literária local e regional e está aberto à contribuição de novos escritores

A Coleção Memória de João Monlevade e Região reúne obras de escritores locais e regionais na Biblioteca Pública Municipal Assis Chateaubriand. Criada em 2022, a iniciativa já contabiliza 158 publicações, entre livros, revistas e periódicos de 105 autores diferentes.

São obras nos mais diversos gêneros, como romances, poesias, crônicas, contos e coletâneas que retratam a história local, dos bairros, bem como os saberes tradicionais da região. "A iniciativa visa valorizar e preservar a produção literária da cidade, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural da comunidade", destacou a bibliotecária Anacriste Guedes.

Segundo ela, o acervo contribui para preservar histórias, experiências e saberes que ajudam a compreender a formação e a identidade cultural da comunidade.

O acervo pode crescer com a participação dos próprios escritores. Autores da cidade que desejam contribuir com a coleção podem deixar seus livros na biblioteca, ampliando o registro e a divulgação da produção literária monlevadense.

Conforme Anacriste, a iniciativa busca dar visibilidade aos escritores da cidade e da região, aproximando os leitores de suas raízes. As obras registram diferentes olhares sobre o território e sua gente, contribuindo para que a memória cultural seja preservada e transmitida às novas gerações.

Divulgação



Parte do acervo dos escritores monlevadenses

MAIS DIVULGAÇÃO

Apesar da relevância do projeto, a coleção ainda é pouco conhecida por parte dos escritores, segundo Anacriste. Ela chama a atenção para a necessidade de ampliar a divulgação da iniciativa e alcançar autores que ainda não conhecem a proposta.

Segundo ela, a coleção tem potencial para se tornar ainda mais representativa da produção literária local e regional. Para isso, considera fundamental fortalecer o reconhecimento da literatura produzida em João Monlevade e nos municípios vizinhos.

A iniciativa reforça a importância das bibliotecas como espaços de preservação e circulação da memória. Ao reunir livros de quem vive, conhece e interpreta a região, a coleção ajuda a manter vivas histórias que poderiam permanecer restritas a seus autores ou a círculos menores de leitores.

Para os escritores monlevadenses, a possibilidade de entregar suas obras à Biblioteca Assis Chateaubriand representa uma oportunidade de contribuir para a preservação da literatura local. Para os leitores, é um convite a conhecer autores, narrativas e registros que ajudam a contar a história da cidade e de sua gente. Todos ganham!

A Biblioteca Pública Jornalista Assis Chateaubriand está localizada na avenida Getúlio Vargas, nº 4798, no prédio da Secretaria Municipal de Educação, ao lado da praça Sete de Setembro, em Carneirinhos. O horário de funcionamento é das 7h às 11h e das 13h às 17h.

Drummond, Itabira e a Literatura que ainda podemos construir

(*) Erivelton Braz



(*) Erivelton Braz é Mestre em Letras,Teoria Literária e Crítica da Cultura, professor de Literatura, jornalista e escritor. Fundador da Rotha Assessoria e editor do Rotha Cultural

Itabira mantém viva a presença de Carlos Drummond de Andrade nas pedras, nas esquinas e, sobretudo, nas palavras. A cidade natal de um dos maiores poetas da língua portuguesa tornou-se parte inseparável de sua obra, matéria-prima de versos que atravessaram fronteiras e projetaram o município para o mundo.

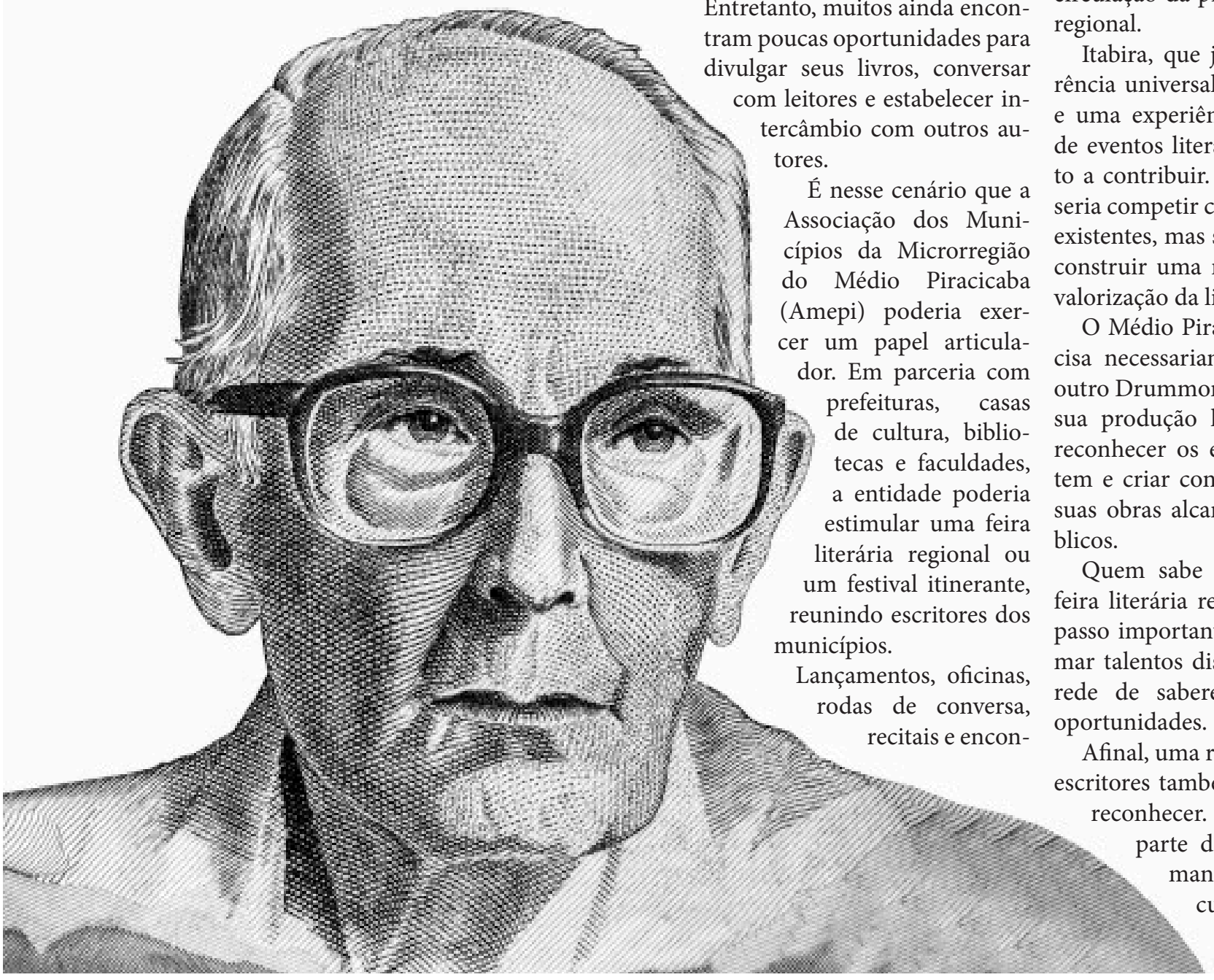
Mesmo depois de deixar Itabira, Drummond nunca se desligou de suas origens. Sua trajetória ensina que a literatura leva o lugar de nascimento do autor para além de suas divisas e, ao mesmo tempo, oferece à comunidade novas maneiras de compreender sua história e identidade.

Essa relação ganha vida na Semana Drummondiana, organizada pela Prefeitura e pela Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, e no Festival Literário Internacional de Itabira, o Flitabira, idealizado pelo jornalista e escritor Afonso Borges. Em torno do aniversário do poeta, celebrado em 31 de outubro, os eventos reúnem autores, leitores e artistas em palestras, debates, recitais e espetáculos de teatro e dança.

A experiência lembra o Bloomsday, celebrado em Dublin, na Irlanda, em homenagem a James Joyce e ao universo de seu romance Ulisses. Assim como a capital irlandesa transforma a literatura em experiência urbana, Itabira faz de Drummond um ponto de encontro entre memória, criação e contemporaneidade.

Mais do que reverenciar o passado, a programação mantém a obra do poeta em diálogo com novas gerações e diferentes linguagens artísticas. O Flitabira chega à sexta edição celebrando os 75 anos de Claro Enigma, demonstrando que os grandes livros continuam provocando perguntas muito além de sua época.

Essa experiência pode inspirar toda a região do Médio Piracicaba. Temos escritores, poetas, cronistas, pesquisadores e memorialistas que produzem obras sobre os mais variados temas. Entretanto, muitos ainda encontram poucas oportunidades para divulgar seus livros, conversar com leitores e estabelecer intercâmbio com outros autores.



É nesse cenário que a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Piracicaba (Amepi) poderia exercer um papel articulador. Em parceria com prefeituras, casas de cultura, bibliotecas e faculdades, a entidade poderia estimular uma feira literária regional ou um festival itinerante, reunindo escritores dos municípios.

Lançamentos, oficinas, rodas de conversa, recitais e encontros com estudantes poderiam integrar uma programação capaz de aproximar autores, instituições e leitores. A iniciativa também movimentaria o turismo e os serviços, fortaleceria a economia criativa e ampliaria a circulação da produção cultural regional.

Itabira, que já possui a referência universal de Drummond e uma experiência consolidada de eventos literários, teria muito a contribuir. A proposta não seria competir com as iniciativas existentes, mas somar esforços e construir uma rede regional de valorização da literatura.

O Médio Piracicaba não precisa necessariamente encontrar outro Drummond para justificar sua produção literária. Precisa reconhecer os escritores que já tem e criar condições para que suas obras alcancem novos públicos.

Quem sabe em 2027? Uma feira literária regional seria um passo importante para transformar talentos dispersos em uma rede de saberes, encontros e oportunidades.

Afinal, uma região que lê seus escritores também aprende a se reconhecer. A literatura é parte da formação humana, da identidade cultural e do desenvolvimento de um povo.